

INTERMITÊNCIAS DE GÊNERO: a oralidade e o gênero da memória

Andréa Bandeira (*)

Resumo

Historiadores compreendem sua narrativa como uma construção discursiva resultante de uma consciência histórica. Com essa premissa, buscou-se trilhar as memórias individual, coletiva, social e histórica em sua constituição, a partir de estudos da memória e da história como consciência de si e narrativa social. Observou-se como a narrativa da memória tem sua memória de narrativas, significando que são múltiplas as partes e os aportes que compõem o ser e a memória de si, e, por isso, a memória que se conta tem muitas faces e jeitos. Ao se salientar como o contexto interfere na invenção de um espaço no tempo da história, notar como isso é percebido ao se materializar e “historicizar” a subordinação das mulheres, ou seja, como as identidades são construções históricas e como a história é responsável pela reprodução dessa “economia sexual” que se institui para a reprodução da interiorização da inferioridade do feminino, percebidas nas inconsistências que partem do fato à narrativa do fato, pela sua tecitura.

Palavras-chave: Gênero. Memória. História. Feminino.

INTERMISSION GENDER: orality and gender memory

Abstract

Historians understand his narrative as a result discursive construction of a historical consciousness. With this premise, we sought to tread the individual memories, collective, social and historical in its constitution, from studies of memory and history as self-awareness and social narrative. It was observed as the memory narrative has its memory narratives, meaning they are multiple parties and the contributions that make up the being and the memory itself, and therefore the memory that account has many faces and ways. To be noted as the context interferes with the invention of a space in the history of time, notice how it is perceived to materialize and "historicizing" the subordination of women, that is, how identities are historical buildings and the story is responsible for reproduction of "sexual economy" that is established for the reproduction of internalization of female inferiority, perceived inconsistencies in departing from the fact the narrative of fact, by their weaving.

Keywords: Gender. Memory. History. Female.

E minha avó cantava e cosia. Cantava

(*) Doutora em História (UFBA). É professora adjunta no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade de Pernambuco, *Campus* Recife/FENSG. Integra o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Gênero (NUPEGE/UFRPE), vinculado ao GT de Gênero da ANPUH-PE e o Grupo de Pesquisa História e Memória (UPE). E-mail: andreabasa@uol.com.br

Texto recebido em 30 mar. 2016. Texto aprovado em: 18 Ago. 2016.

*canções de mar e de arvoredo, em língua antiga.
E eu sempre acreditei que havia música em seus dedos
e palavras de amor em minha roupa escritas.¹*

A origem da questão

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão [...] é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada [...]. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele.²

As imagens construídas de sujeitos e grupos, mesmo que a partir de um modelo racionalizado, são transversadas por um imaginário que desprende os objetos da sua realidade factual. Complexo e dialético, o Gênero na Historiografia não alcançou seus objetivos de minimizar as dicotomias que sobram nas narrativas. Ou se faz História das Mulheres repetindo o modelo clássico de narrar “o singular e extraordinário” ou as mulheres subsomem na “massa”, quando se almeja que mulheres e homens se confundam, até que a feminina e o masculino deixem de ser estigmas perseguidos e reste apenas a humanidade. Esse imaginário que perpassa é feito de memória. De memória, também, são feitos cada objeto e sua própria história. Pensam-se sobre o fato, a construção da imagem do fato e como se transforma um fato em tema e espinha dorsal da historiografia, e notam-se as mulheres alçadas, conquistando sua própria história. Porém, o imaginário estabelece um padrão que permeia e colabora com a definição do fato e do fato histórico, bem como, seleciona sua reprodução discursiva. Concorde-se, então, que o fato é uma imagem construída social e historicamente. Este artigo observa, ainda, que o fato histórico apenas se realiza quando, no imaginário coletivo, um objeto se materializa pela conquista de um espaço inconsciente, ou seja, se faz antes na ideia. Questionamos se a constituição de uma História das Mulheres consegue contribuir para o avanço de uma positividade do ser-mulher, se notamos uma generalidade continuada e negativa desse “ente”, que não se postura ontológica, mas ocasional. Continuada, pois permanece o modelo tradicional de narrar as “mulheres notáveis”. Notabilidade fundamentada em valores masculinos. Negativa, porque os valores do ser-masculino se fazem sob um pensamento binário, monolítico, que despreza a pluralidade, levando a negação da diversidade. Decorre que,

¹ MEIRELES, Cecília. “Desenho”. *Mar absoluto*. Brasil, 1945.

² BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 205.

a História das Mulheres não conquistou lugares oficiais, bem como, a sala de aula. Lugares de saber onde o preconceito de gênero, ainda, separa os "cadernos-cor-de-rosa" dos cadernos dos meninos. São exemplos, mulheres estudadas nas Cruzadas Medievais, nas das Casas de Caridade do Pe. Ibiapina, nos anos de resistências ao Golpe de 1964 e, também, as que perfilaram nas Cruzadas Democráticas Femininas, na mesma época. Essas mulheres têm, em comum, seu papel secular operado sob uma cultura mítica ou religiosa, obrigando às mudanças no imaginário, em cada época, das suas participações públicas e eventuais, realçando sua incapacidade para o racional e o político. Confirma-se, o Gênero ao qual nos filiamos se compromete com a combinação dos diversos lugares e imagens, possíveis ante cada realidade estudada, além da necessária introjeção do discurso "equalitário", iniciado dentro das salas de aulas até serem alcançados pela escritura científica. Se correto Pirandello, "as mulheres, assim como os sonhos, nunca são como você gostaria que fossem". Que essa razão nos digna e permita ser positivamente, mais do que nos renderam homenagens a literatura patriarcal.

Ante o exposto como problema sugerido, este artigo reconhece que, na narrativa, ELA – o indivíduo-mulher objeto especial dessa história – existente no espaço-tempo recortado do passado – é ELAS, representações de cultura.

A memória

De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para a sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir, livremente nela.³

Na perspectiva da história, é necessário estabelecer fundamentos para qual pensar, uma vez que historiar é narrar a partir da uma memória selecionada em fontes. Essa seleção já em parte exige uma memória modelada. Uma estrutura de memória, então, subjaz à memória mesma e é sobre essa estrutura que trataremos nesta parte. Para tal, utilizar-se-ão conceitos forjados em autores diversos, que se entende são as representações do pensamento formalizado e que redundou na elaboração do pensamento ocidental. Seguir-se-ão as ideias fundantes sobre o entendimento do tempo e do espaço, necessárias para situar a memória como imagens construídas num contexto, o espaço-

³ MARX, Karl. *O dezoito brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, 21-2.

tempo da memória, que é a própria memória. Memória que se materializa no discurso. Razão porque se enfrenta o debate sobre a relação entre ser e linguagem, para então compreender a memória representada no movimento da palavra-ação e discurso. Também um componente da fabricação da história.

“Para que houvesse um início o homem foi criado”.⁴ O Livro XII da obra *De Civitate Dei* é um texto que tenta desvendar as origens. Agostinho questiona a origem da bondade e da maldade nos anjos; depois, afirma que na origem do humano o princípio e o fim dessa criação se estabeleceram em si mesmos. O princípio que originou o humano foi seu próprio objetivo de existir. Sobre essa origem, far-se-á uma abordagem materialista-histórica-dialética, entendendo que a humanidade se criou na relação de produção e reprodução da vida, com o estabelecimento da divisão social do trabalho e na estruturação do parentesco, a relação com o outro social facilitado e complexado com o desenvolvimento da linguagem, uma vez que interessa afirmar o humano como um ser-de-linguagem, criado na fala e “re-criado” no discurso. Diverso, portando, do que pensava o Bispo de Hipona, que afirmou o princípio fundador na sabedoria de Deus, o Verbo em movimento. E, ainda, para além da proposta de Hannah Arendt, sem negá-la, que se motiva em Agostinho para explicar esse momento como o do nascimento do político, do *Homo Politicus*, pelo caráter de liberdade próprio da natalidade, a origem em ação, “É da natureza do início que se comece algo novo, algo que não pode ser previsto a partir de coisa alguma que tenha ocorrido antes”.⁵

Novamente, retornar-se-á à *Cidade de Deus*. Ao longo do *Livro XII*, Agostinho especula sobre o tempo e afirma que este não havia antes do humano, porque Deus e sua obra angelical são para além do tempo, aclarando as palavras bíblicas “Eu sou aquele que é”.⁶ O tempo não se conta antes da criação do humano, assim como é infundado falar de um mundo antes da sua concepção, que é também criação do tempo. O Bispo explica, ainda, que não há contradição na Bíblia quando nela está escrito sobre os dias da criação. No Gênesis, livro primeiro, contam-se seis dias para a criação do mundo e no sexto dia o humano foi criado: “Deus disse façamos o homem [...] à imagem de Deus ele o criou,

⁴ Tradução livre para “*Quod initium, e o modo antea nunquam fuit. Hoc ergo ut esset, creatus est homo, ante quem nullus fuit*” (E tal princípio, como ele, antes jamais existiu. Para que existisse, foi criado o homem, antes de quem não existiu nenhum). AGOSTINHO. *Cidade de Deus contra os pagãos*. Petrópolis-RJ/São Paulo: Vozes/Federação Agostiniana Brasileira, 1990, 88. Esta tradução aparece em inúmeros textos, ver: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 190.

⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 190.

⁶ Êxodo, 3:14.

homem e mulher ele os criou [...] Houve uma tarde e uma manhã: sexto dia”.⁷ Não há contradição, porque esses números de dias não são medidas do tempo, mas qualidades deste. Os números têm qualidade e natureza e, por isso, podem ser usados como adjetivos às causas e às cousas. Dizer o mundo feito em seis dias e estabelecer esse dia para a origem do humano foi/é afirmar a perfeição do mundo, e no seu ápice está o humano, completude sem subtrações: “Não porque Deus tivesse necessidade de tempo, como se não pudesse criar ao mesmo tempo todas as coisas [...], mas porque o número seis significa a perfeição das obras. O número seis é o primeiro completo em suas partes”.

O tempo é fundamental para o humano, precisa sua natureza finita e móvel, histórica. O humano existe num tempo e em movimento. E o tempo se estabeleceu com sua criação. Entende-se que o movimento que se estabeleceu com o tempo foi o movimento das palavras, necessárias para que se pudesse forjar o conhecimento e, no interesse do social, se amalgamar o que foi dito: “Porque é muito razoável pensar [...] que o homem [...] está precisamente mais próximo de Deus pela parte que supera as demais partes inferiores, que tem em comum com os animais”.⁸

Antes não existia pensamento, que se faz no processo cognitivo, mas pura sabedoria, “o Verbo quer dizer, a Sabedoria, criadora de todas as coisas”.⁹ Este é também ao tempo a natalidade da linguagem, expressão *ipsis litteris* da ação do saber ou saber em movimento, no tempo. A linguagem no tempo caracteriza o humano e apenas através dela ele reconquista o que perdeu na “Queda”, a eternidade. Por isso, a/o mulher/homem se narra, faz história e na história se perpetua como indivíduo, apostando na compreensão de Hannah Arendt sobre a liberdade advinda com a natalidade, e mais além como Sociedade.¹⁰ Explica-se a história ser narrativa de sujeito, no duplo sentido de sujeitoado (alienado) e de portador de ação, e ser trágica: “Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais”.¹¹

Sobre a história se pode, ainda, afirmar que é uma construção imagética de sentido através do conhecimento que se tem do passado das ações humanas. Para tal, utilizam-se

⁷ AGOSTINHO. *Cidade de Deus contra os pagãos*. Petrópolis-RJ/São Paulo: Vozes/Federação Agostiniana Brasileira, 1990, 51.

⁸ *Idem*, 20.

⁹ *Idem*, 44.

¹⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 17.

¹¹ *Idem*, 191.

as fontes que “resguardam e contam” esse passado. Guardam memória individual e coletiva e revelam o ato primordial de representar a si através do outro.

Através da história se forja o encontro entre passado e futuro no instante presente da narrativa, pois “trata-se de um início que não é o início do mundo, não é o início de uma coisa, mas de alguém que é ele próprio, um iniciador”.¹² E, por isso, vivemos sob uma ilusão de ótica. Aprende-se a ver o que vemos. Para se associar, carece-se de uma referência que nos é dada pela memória. Somente se vê o que já foi visto e transformado em linguagem imagética, com o que nosso cérebro pode dialogar. No entanto, continua-se a acreditar na falácia de que há um paradoxo na fonte que se usa para guardar essa memória e fazer a história: que ela eterniza o instante, quando se sabe que ela é outro modo de construir um diálogo e uma relação com o outro, pois “ainda que essas imagens, individualmente, nos comovam e inspirem, elas são indissociáveis do arquivo de onde provêm”.¹³

Os arquivos que se usa para ler ou ver as imagens são os mesmos que se usa para ler ou ouvir o outro, em tantos diálogos que fazem ser o que se é: seres de linguagem. Vive-se em meio aos discursos que “tece e urde” e não se diferem das imagens que projeta e que se projetam: “Reconhecer por imagens, ao contrário, é ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reconhecer as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos”.¹⁴

Na produção e reprodução de si, do mundo material de que participa e do modo como representa esse mundo para conhecê-lo e “re-conhecê-lo”,

existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior [...] Cada vez que percebemos, nós nos conformamos a esta lógica; ou seja, lemos os objetos segundo essas leis que a sociedade nos ensina e nos impõe. É também esta lógica, são essas leis que explicam que as nossas lembranças desenrolam em nosso pensamento a mesma sequência de associações, pois no mesmo momento em que estamos mais em contato material encontramos no referencial do pensamento coletivo os meios de evocar a sequência e seu encadeamento; facilmente percebemos isto quando se trata das percepções do mundo material, se essa lógica social, neste campo, não estivesse a esta altura rigorosa, fortificada que está por sua universalidade.¹⁵

¹² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 190.

¹³ *Idem*, 50.

¹⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, 55.

¹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, 61-2.

Assim, a memória que se guarda e se utiliza é produto da lembrança individual e coletiva. “A lembrança corresponde a um acontecimento distante no tempo, a um momento do nosso passado”,¹⁶ que se apresenta como um *déjà vu* de uma experiência atravessada de vida pessoal e social. Esta lembrança se eterniza e se atualiza no tempo através dos vestígios, sobre o qual se possa basear um pensamento conservado da imagem do passado, o pensamento histórico. Pensamento este que depende de um tempo que é pura criação do humano, com ele se origina. O tempo da história é construído na linguagem e no discurso de que há uma memória comum e hegemônica do passado que foi fixado, transformado em realidade e em fonte.

A história, consciência de si e narrativa social

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender.¹⁷

Por entender a historiografia como uma ação consciente de identificação de si, através de uma escrita de si, também coletiva, por seu atributo de ciência, de estar ciente, afirma-se que a historiografia obedece a uma teoria formal, mesmo que a sua estrutura, em geral, seja de natureza poética.¹⁸ Assim, a história se forja entre a ciência e a *imaginación*, “*una estructura verbal en forma de discurso en prosa narrativa*”.¹⁹

Para explicar essa natureza dual, acatou-se a tese de Hayden WHITE porque se concorda e se percebe um elemento metahistórico constitutivo da narrativa do passado, narrativa de memória, que é a própria estrutura da memória, um pensamento poético, que vislumbra a realidade através de um plano sensível e, por isso, surreal, em razão da “troca impossível” que a palavra ilude quando intenta facilitar. A linguagem é um transmissor dos costumes e sua estrutura se identifica com a estrutura do pensamento que a pensa, notada pelos estruturalistas no século XX. Disso se infere que na construção mesma da narrativa se estabelece *ab ovo* sua relação com as ideologias dominantes, aquilo que

¹⁶ *Idem*, 55.

¹⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 188.

¹⁸ WHITE, Hayden. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

¹⁹ “Em tese, considero a obra histórica como visivelmente é em primeiro plano: uma estrutura verbal em forma de discurso em prosa narrativa” (tradução livre). *Idem*, 9.

Michel de Certeau (1975)²⁰ tratou como “*um lugar social*”, “*não dito*” na “*instituição histórica*”. Observa-se que tal afirmação somente é possível pela maximização do papel da ideia, da intuição (um pensamento platônico), sem vínculo com o movimento e a materialidade da realidade-ação. Algo que os materialistas-históricos negariam por princípio, não fosse a coerência da palavra significativa do verbo, como ação. Na estrutura da historiografia se conjugam ciência e poética, sem contradição, pois, “*el pensamiento permanece cautivo del modo lingüístico en que intenta captar la silueta de los objetos que habitan el campo de su percepción*”,²¹ porque se é ser de linguagem. A língua é mais do que um canal de comunicação, ela é a representação do modelo que se utiliza para pensar o pensamento. A poética na sua forma pura, abstrata, que humaniza a mulher e o homem quando no movimento de se contemplar e às próprias ações. Razão porque se é “ser histórico” e se historiografa o próprio passado. A linguagem tem a função de reproduzir costumes e culturas, sendo o veículo fundamental da memória e, na sua máxima racionalidade, quando se faz história. A racionalização da experiência da memória, prática da História, confunde o modo de pensar o objeto com o próprio objeto pensado. O objeto só é pensado quando um modo de pensamento possibilita realizá-lo. Objeto e pensamento sobre o objeto coexistem, expressando a materialidade da ideia. Assim, narrativa e modelo de narrativa têm o mesmo princípio “*moral e estético*”,²² retornando a uma metafísica intrínseca da narrativa, aqui entendida como formação poética que sanciona as teorias particulares e resultam como explicação na História. Essa explicação tem o mesmo valor moral e estético – bem como, sua escolha é uma escolha moral e estética, e não epistemológica – e não pode ser considerada mais “*realista*” que outra. E, por isso, sempre faz-se “*una elección*” entre os modelos existentes e possíveis, “*estrategias interpretativas rivales*”, quando se pretende refletir sobre uma realidade passada, “*la historia-en-general*”. A escolha, então, é ideológica, no sentido moral e não formal.²³ O grau de subjetividade de seu caráter moral e estético na produção e eleição dos modelos somente não implica na ausência de objetividade e universalidade, como

²⁰ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

²¹ WHITE, Hayden. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p 11.

²² *Idem*, 1992, *passim*.

²³ Ver: ANDERSON, Perry. *O fim da História*. Rio de Janeiro: Zahar; BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007; REIS, José Carlos. *História e teoria*. Rio de Janeiro: FGV; *A História entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica; *Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

requer as teorias modernas, porque uma e outra exigência se impetra na experiência social.

Reconhecer a existência de um modelo ou de uma estrutura intrínseca a toda narrativa, desde a narrativa de memória, autobiográfica ou não, incluindo as narrativas orais e as diversas fontes até a narrativa histórica *per si* possibilita que, a partir da crítica à subjetividade da história, advirmos para uma positividade da subjetividade das ciências, em função dos paradigmas propostos pelo pensamento feminista que pretende alcançar e conquista a diversidade de sujeitos e contextos para, então, “propositivá-los”.²⁴

A narrativa da memória tem sua memória de narrativas

Em seu **Memorial** coloca seu ‘eu’ dialogando com o ‘tu’ de sua alma relutante.²⁵

Considera-se o sujeito histórico como sujeito de ação e sujeito. Na sua prática cotidiana, esse sujeito utiliza, concordando com os conceitos adotados por Michel de Certeau, *estratégias* e *táticas*, para se movimentar no espaço humano, construindo um tecido, “no espaço tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado onde circulam, as suas trajetórias formam frases imprevisíveis, ‘trilhas’ em parte ilegíveis”,²⁶ formando uma “bricolagem” social. *Estratégias* são as somas dos embates exteriores e resultam em demandas coletivas, e as *táticas* que são ações individuais, operadas no limite do intrincado humano e social, um espaço de fuga, de *não-lugar*, da possibilidade e da oportunidade fugaz. Ainda assim, as *estratégias* e as *táticas* têm características de seguirem regras gerais, retomando as palavras de Hannah Arendt, “no homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares”.²⁷ O que leva a pensar que há um *modus* nas ações humanas adotadas.

Aproveitando as metáforas utilizadas por Michel de Certeau, *parchworks do cotidiano*, pode-se unir a tese de que há um *modus* nas ações humanas à existência de um

²⁴ Ver: RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998, 21-41, e “Feminizar é preciso: por uma cultura filógena”. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000300009&script=sci_arttext> 14p.

²⁵ DAVIS, Natalie Zamon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, 16.

²⁶ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I. artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994, 45.

²⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 189.

modus interno a toda obra, inclusive à história, e esta é uma estrutura verbal em forma de discurso, em prosa narrativa. Esta estrutura em geral é de natureza poética, como elemento “metahistórico”, já notado por H. White, ou seja, há um *modus operandi* próprio do fazer histórico que se estabelece na conduta historiográfica. Completa-se atentando que esta estrutura também pode ser observada nas narrativas de memória, porque estas carregam memórias de narrativas. Ou seja, na oralidade se constrói uma memória contada, utilizando-se um modelo apreendido; formatos de construção de memória estão na base da construção oral da memória e no caso desta tese, concorda-se que é possível perceber um *modus* de lembrar próprio da experiência das mulheres militantes, que permeia as suas narrativas de memória, dialogam com os seus passados e com os seus presentes das entrevistas. Um discurso que fala do “eu”, do “eu” que lembra, das circunstâncias do “eu” e das circunstâncias do “outro”. Um diálogo que resulta do conflito e das *relutâncias*.

Natalie Zamon Davis, em *Nas Margens*, notou que, quando a autobiografia conquistou a independência, separando-se do testamento, o impulso moralizador ainda manteve sua força. Desta forma, a vida narrada era um exemplo a ser seguido. Por isso, adotavam-se – e ainda adotam-se – modelos de confissão que reportam a Agostinho, às hagiografias medievais²⁸ e se perdem na antiguidade persa da autobiografia escrita na primeira pessoa, *um pano de fundo novelístico* de caráter universal, sempre hodiernos, pois que as histórias migravam e se internacionalizavam em outras novas crônicas.²⁹ A autora observa que não se trata de uma trajetória individual, mas antes uma repetição e uma combinação de histórias e estórias que confundem relatos do povo eleito, pecados e sofrimentos no exílio: “Cada uma dessas mulheres constitui um exemplo, com as próprias virtudes, iniciativas e falhas, e os motivos do século XVII perpassam suas vidas: melancolia, forte consciência do eu, curiosidade, esperança escatológica, a reflexão sobre a presença e as intenções divinas no universo”.³⁰ A partir das trajetórias individuais autobiografadas por mulheres de diferentes religiosidades, porém advindas de grupos sociais parecidos, ligadas familiarmente aos setores comerciais e produtivos artesanais, essas mulheres deixaram atrás de si rastros de uma uniformidade na composição das suas narrativas. Elas tinham em comum a leitura dos escritos bíblicos ou textos religiosos, bem

²⁸ DAVIS, N. Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, 197-8.

²⁹ “Tanto Esdras quanto Neemias deram um toque judeu à tradição oriental genérica – mas também especificamente persa – de escrever autobiografias na primeira pessoa”. MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru-SP: EDUSC, 2004, 33 e ss.

³⁰ DAVIS, N. Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, 197-8.

como uma literatura produzida para e na tradição de suas comunidades, possibilitando a desconstrução dos laços do saber-poder.

Nesse ponto, a referência ao trabalho de Foucault, como apresenta Natalie Z. Davis, é pertinente, porque esclarece a produção e manutenção das teias de poder, através das construções do saber, que transversam a vida objetiva e legam um percurso, um fio ideológico. Índícios que carecem de uma compreensão como a oferecida por Carlo Ginzburg, que percebe os *sinais* deixados na trama das vidas individuais como *os fios e os rastros*, fios de Ariadne, e quando puxados descobrem as *relações de forças*, os embates cotidianos que resultam em histórias.

Para seguir e apanhar as ressonâncias dessas letras e falas, vestígios largados e tão caros aos contadores, é preciso acompanhar o pensamento do historiador italiano. Ele nota o surgimento de modelo epistemológico, um paradigma, até então, segundo o autor, ignorado, porém bastante utilizado, que finda com impasse e o limite *entre o 'racionalismo' e o 'irracionalismo'*.³¹ Para entender esse modelo e observar sua prática, o autor se reporta aos estudos de um desconhecido estudioso da arte, o russo Ivan Lermolieff, um epíteto usado pelo italiano Giovanni Morelli, que depois deu nome ao método, correntemente falado entre os historiadores da arte, o método morelliano. Na série de artigos aparecidos entre os anos de 1874 e 1876, sobre a pintura italiana, Morelli propõe um novo método para identificar quadros antigos, que se configura em observar os detalhes da composição, o modo singular como um pintor desenha um objeto ou parte de um corpo, como pincela a tinta no quadro. Esses pequenos detalhes que o artista imprime na sua obra e que não se relacionam com a escola a qual integra, e, normalmente, são negligenciados pelos copistas, pequenos traços que individualizam a obra e o autor. Os traços que marcam e identificam o pintor são esses detalhes das suas obras artísticas. Paralelamente, Carlo Ginzburg caracteriza o trabalho do detetive policial e criminalista (como exemplo, o famoso personagem do escritor Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes) e do médico, tanto do fisiologista quanto do psiquiatra (o próprio Doyle, Morelli e depois Sigmund Freud são exemplos), como atividades que dependem de seguir trilhas imaginárias, com uma dose de *intuição* pelos “*nossos pequenos gestos inconscientes*”.³² Segundo Ginzburg, essa intuição, própria da semiótica médica, a busca por indícios, tem raízes nas caças – por trás desse paradigma indiciário ou divinatório, entrevê-se o gesto

³¹ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.

³² WIND, E. *Artes e anarquia*. Milão, 1972 *apud* GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, 146.

mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa³³ –, a experiência da busca através dos sinais irrefletidamente deixados, porque sinais dos esquecimentos da memória.

No momento em que se insere no objeto caro ao historiador, as fontes, os documentos escritos ou que se relacionam com ele, como a entrevista, Ginzburg remete à escrita e, daí, às lendas de que a escrita tem origem nas pegadas dos animais. Deste ponto ao uso do paradigma em diferentes épocas, Ginzburg afirma a disposição cientificista de generalizar, o que relega o método, aqui tratado, ao tipo de conhecimento de elemento individual, e por isso desprezível, “a tendência de apagar os traços individuais de um objeto é diretamente proporcional à distância do observador”.³⁴ Quando as ciências humanas, tradicionalmente, separadas das ciências da natureza pelo seu método qualitativo, notarem que o rigor de suas pesquisas pode ter a flexibilidade do paradigma indiciário e estiverem dispostas a colocar em prática mais do que apenas *regras preexistentes*, os limites entre o racional e o irracional se oferecerá como espaço de trânsito entre o objeto e o imaginário que o cerca, para rerepresentar a realidade.

Realidade esta que necessita de uma escritura, levando C. Ginzburg, numa outra obra, a tratar da história, da prova e da retórica. Desafia a leitora e o leitor ao passeio pelo procedimento da retórica para desvendar suas características estilísticas e mostrar que os antigos faziam da retórica uma argumentação. Neste ponto, introduz no debate o critério de verdade e afirma que esses critérios são sempre morais, o que levou a afirmar que a relação entre retórica e prova é que “*a retórica se move no âmbito do provável, não no da verdade científica, e numa perspectiva delimitada, longe do etnocentrismo inocente*”.³⁵ Então, prova e escritura, para mostrar o objeto, se farão sempre de modo argumentativo, retórico, o que é uma afirmação *muito mais realista e complexa* do trabalho do(a) historiador(a), do que as críticas que sofre a disciplina por ser forjada numa narrativa eivada de subjetividades.

Segundo o autor, os críticos da história não percebem que, no procedimento de fazer história, criam-se interdições e possibilidades na organização das provas em que, na retórica resultante, aparecem “as implicações cognitivas das escolhas narrativas”,³⁶ possibilitando, através da história, perceber que “os instrumentos que nos permitem

³³ *Idem*, 154.

³⁴ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, 163.

³⁵ GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, 41.

³⁶ GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, 44.

compreender culturas diversas da nossa são os instrumentos que nos permitiram dominá-las”.³⁷ Importante ainda salientar que “*as fontes não são janelas escancaradas [...], nem muros que obstruem a visão*”,³⁸ por isso, os dados ou a reunião destes não são história, e a narrativa que submete as fontes se origina no arranjo do material. Assim, “a análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo”³⁹ e o conhecimento histórico é possível.

A afirmação da história como um conhecimento possível exige ainda analisar a relação entre realidade e ficção. Carlo Ginzburg escolheu trilhar nesse entrelaçamento, “*que é a trama do nosso estar no mundo*”,⁴⁰ e mostrar que há uma tradição que obriga o(a) historiador(a) à verdade clara, vívida (*enargeia*), sem intenção de agradar ao cumprir seu papel de retrato do passado. E continua: essa tradição, como a palavra que a representava, sofreu transformação e “a definição de **enargeia** como acumulação de detalhes joga uma luz inesperada sobre o orgulho, recorrente entre os historiadores gregos, de terem registrado todos os acontecimentos, ou pelo menos todos os acontecimentos relevantes”.⁴¹ Dessa tradição historiográfica a modernidade partilhou o zelo pela descrição da verdade, porém a fonte em que se fundamentava, a evidência, transfere-se para os documentos. A crítica pós-moderna reagiu ao conceito de verdade, relativizando a capacidade de representação fiel da realidade e questionou as condições, no processo de confecção da história, de se alcançar o relato-verdade. Este debate também redundou em uma crítica das fontes, bem como, numa proposta de aproximar história e literatura. Os mais radicais, inclusive, chegaram a afirmar a história como uma narrativa com a mesma estrutura poética da narrativa arte-literária.⁴² Importa, para este momento, que a desconfiança instalada sobre a possibilidade de se narrar o passado redundou positiva, uma vez que equiparou as ciências naturais e humanas, como modelos socialmente aceitos. Como bem observa Natalie Zamon Davis:

As histórias conquistam um espaço especial com seu ‘era uma vez’. Constituem um instrumento econômico para ressaltar um tópico, desferir um ataque. ‘tirar proveito de uma situação (...) abordando-a inesperadamente’. O contador de histórias pode interferir na maneira como os outros recordam o passado e pode mudá-lo, acrescentando um detalhe inesperado a uma narrativa

³⁷ *Idem*, 44.

³⁸ *Idem*, 44.

³⁹ *Idem*, 44.

⁴⁰ GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, 14.

⁴¹ *Idem*, 21.

⁴² Reportamo-nos ao autor e obra já citado, WHITE, HAYDEN. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

conhecida. Tudo depende de sua habilidade, da forma como extrai as histórias do ‘tesouro coletivo de lendas ou da conversação do dia-a-dia’ e as apresenta.⁴³

Disto compreende-se que todo e qualquer paradigma resulta de acordos entre aqueles que se propõem a fazê-lo, bem como do valor e alcance dos seus produtos.

A memória que se conta tem muitas faces e jeitos

[As margens onde viveram as mulheres] era uma região limítrofe entre depósitos culturais que permitiam novos cultivos e híbridos surpreendentes.⁴⁴

Concorda-se que há uma estrutura da memória, e que esta estrutura é temática na escrita autobiográfica, como bem analisou Natalie Z. Davis, supracitada. Questiona-se e se afirma que dessa forma é possível pensar uma estrutura temática intrínseca à memória oral que se opera, também na entrevista, forjada na própria estrutura da memória, no contexto, na operação historiográfica. Notas que se tenta, ao longo do texto, detalhar e compreender.

Resta analisar como essa estrutura da memória oral se apresenta, e se se apresenta como tal, de forma diversa, ou no mínimo híbrida, quando interferem as diferenças relacionadas ao sexo-gênero, uma vez que o objeto desta pesquisa são as mulheres, nas suas relações sociais com os homens e outras mulheres. Ao utilizar como arsenal teórico e fundamento epistemológico a abordagem de gênero, “transversando” o modelo e o método da História Social, adota-se o entendimento de as mulheres e os homens, pelas suas construções sociais e de sexo-gênero, arranjam recursos culturais diversos e deles dispõem quando se representam, e se apresentam ao outro, e estão no mundo.

Sobre essa temática, Cecília Sardemberg desenvolveu um trabalho em que analisa e narra as memórias das experiências de antigos operárias e operários da Fábrica São Brás, da indústria têxtil, fundada em 1875 e situada em Plataforma, subúrbio de Salvador. Essa fábrica funcionou por mais de um século, operando sob o sistema “fábrica-vil’operária”, sob a égide do “*paternalismo industrial*”. Nessa pesquisa, além dos antigos trabalhadores e trabalhadoras da fábrica, produziram depoimentos diversas moradoras e moradores da vila operária que, de alguma forma, relacionaram-se ou participaram direta ou indiretamente da vida e das atividades envolvidas no conjunto São Brás. A autora,

⁴³ DAVIS, N. Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, 16-7.

⁴⁴ *Idem*, 196.

então, pode observar que diferentes gerações guardavam diferentes memórias e que esta memória era repassada, porém antes “transversada” por diferenças que se relacionavam com os modelos próprios para a construção de uma identidade sexo-social para cada sexo-gênero. Havia e há uma memória recbortada por relações que se firmam e se afirmam entre os sexos, *o gênero da memória*. Por isso, afirma:

essa memória não se revela uníssona e sim polifônica. Ela se mostra diferente, e no particular, recortada em termos de gênero, refletindo a experiência [...] distinta de homens e mulheres [...] Assim, enquanto os homens guardam uma memória ‘heroica’ dessas lutas, a memória social das mulheres nesse tocante, revela-se fragmentada, contraditória e, não raro, negativa ou mesmo ‘anti-heroica’.⁴⁵

Pensar as experiências de mulheres e homens construídas historicamente e refletindo realidades diversas, observando particularidades que são também generalidades, ou memórias coletivas díspares, exige novos parâmetros ou novos paradigmas. Para explicar como se urdiram esses novos conceitos, faz-se necessário caminhar um pouco pela proposta da abordagem de Gênero e o seu conceito.

Nessa abordagem, o Gênero é o resultado das formulações pós-modernas que reconhecem o sujeito – abrangente, mas não mais universal, no sentido moderno de universal – como resultado da soma das suas muitas participações nas diversas relações constituídas socialmente. Observa, ainda, que a realidade dessas relações é compreendida à luz do discurso. Um discurso arbitrário, porém, que não é metafísico, pois foi gerado no espaço-tempo da matéria, pelo *Ser-no-mundo*. E, em sendo o discurso uma compreensão arbitrária que depende dos vários interesses encadeados dialeticamente – as muitas relações das quais esse sujeito participa – é o resultado interessado dessas relações. Cria imagens próprias para reproduzir não apenas as cadeias de relações, mas, também, o próprio discurso.

Joan Scott, reunindo teses clássicas da economia, da política, da psicologia, da filosofia, da antropologia social, do pensamento moderno e contemporâneo, alicerçadas na compreensão de que o humano se constitui de forma complexa e transita aleatoriamente em realidades contraditórias, sendo ele mesmo o resultado dialético dessas diversas realidades, conclui e conceitua o *Gênero*. Esse conceito nota as diferenças entre

⁴⁵ SARDEMBERG, Cecília M. B., “O Gênero da Memória: lembranças de operários e lembranças de operárias”. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia (orgs.). *Metamorfozes: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA/NEIM (Coleções Baianas), 1998, 147-164, 149.

os sexos como a primeira desigualdade entre os humanos e a primeira instituição de poder.⁴⁶

Importa ainda observar que a história social transversada pela abordagem de Gênero contribui para uma análise mais abrangente do ser, uma vez que nota o intrincado humano na sua totalidade antropológica e social. O Gênero percebe que a objetiva economia política que lastra o modo como o humano se estabelece no mundo e se relaciona com o outro humano, produzindo-se e reproduzindo o outro, é penetrada e dialeticamente transformada em discurso, e a primeira relação subjetivada é o câmbio do sexo em sexualidade. No cotidiano, o humano experimenta uma realidade sempre representada, que é sempre refratária à experiência dada.

Para entender como esta abordagem resultou do processo de deslocamento de um modelo teórico fundamentado “[n]uma lógica coletiva, regida pela tradição [que] deixa de se sobrepor ao indivíduo, que se torna ‘moderno’ justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse mesmo todo”⁴⁷, tornando-se o conceito de Gênero um novo paradigma.

O Conceito de Gênero

Este propósito [o uso do conceito de Gênero] implica em pôr de lado quase tudo o que existe como dado na historiografia atual, que em geral reflete o projeto social das elites dominantes... projeto [este que] dificilmente coincide com a vivência concreta de indivíduos, principalmente quando se trata de mulheres, mesmo que de elite pois, enquanto projeto, aparece necessariamente impregnado por toda uma ideologia normativa e institucionalizada (sic).⁴⁸

O Gênero, conforme a definição de Joan Scott “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.⁴⁹

Esse conceito de Gênero é o resultado das formulações pós-modernas que reconhecem o sujeito como resultado da soma das suas muitas participações nas diversas relações constituídas socialmente. Observa, ainda, que a realidade dessas relações é

⁴⁶ O conceito de Gênero será discutido em um próximo subcapítulo. Ver: SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS Corpo, 1991, 7.

⁴⁷ GOMES, Ângela de C. (org.). *Escrita de si, Escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 11-2.

⁴⁸ DIAS, Maria Odila L.S. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, 39-53, 49.

⁴⁹ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS CORPO, 1991, 14.

compreendida à luz do discurso. Um discurso que mesmo arbitrário não é metafísico, pois foi gerado no espaço-tempo da matéria, pelo Ser-no-mundo. Em sendo o discurso uma compreensão arbitrária que depende dos vários interesses encadeados dialeticamente – as muitas relações das quais esse sujeito participa – é o resultado interessado dessas relações. Assim, cria imagens próprias para reproduzir não apenas as cadeias de relações, mas também o próprio discurso.

O conceito de Gênero, formulado segundo a dialética marxista, entende que a relação do homem com a mulher é uma relação, primeiramente, material e política, quaisquer que sejam as suas variantes e mediações quanto ao sexo e à sexualidade afetiva, e o primeiro modo de desigualdade social; comunga o mesmo princípio fundador da relação mantida entre si, dos homens e das mulheres, ou seja, as relações que se compunham no mundo do privado se transferem para o mundo do público – e, também, o inverso –, concordando com H. Arendt que o público e o privado são espaços políticos integrados, separados apenas nos discursos que reproduzem uma hierarquia de valores, social e ideologicamente afirmada. Essa hierarquia de poderes nasce dessas relações, transformando-se em objeto do desejo e, conseqüentemente, em propriedades e desejos de propriedade. A partir dessa compreensão, o conceito de gênero afirma que a análise resultante da tentativa de entender as relações humanas, na história, é a tentativa de reconhecer que relações de poder se formaram ao longo dessa história. Relações de poder que se reproduzem até se naturalizarem no discurso e na ação, na ação-discurso e no discurso-ação.⁵⁰

O conceito de gênero possibilita, assim, extrair da aparência da realidade dados que apontem essas várias relações integrantes da vida social de mulheres e homens, numa ação-reação dialética. Dessa forma, transparecem essas várias relações, que se produzem e se reproduzem, dissimuladas no discurso. Isto porque no discurso, os símbolos, imagens produzidas pela cultura, fixadas pelas normas sociais, “perenizadas” até as suas reproduções, são naturalizados e se transformam nos espelhos com os quais se moldam as identidades subjetivas. Assim, esse conceito explicita os modelos estabelecidos, suas permanências e suas mudanças.

A partir da compreensão do conceito de Gênero, observa-se que a economia política do sexo faz parte de sistemas sociais totais, sempre costurados em arranjos econômicos e políticos, conseqüentemente à interdependência da sexualidade, da

⁵⁰ Ver: ARISTÓTELES, “Caracteres, Verossimilhança e Necessidade. Deus ex machina”. *Ética à Nicômaco; Poética/ Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Coleção Os Pensadores.

economia e da política, sem subestimar a total significação de cada uma na sociedade. Motivo pelo qual várias correntes de pensamento integra o Gênero, esde as teorias marxistas,⁵¹ passando pelos estudos estruturais do parentesco de Lévi-Strauss,⁵² a contribuição de Michel Foucault das teias de poder,⁵³ a teoria da linguagem de Jacques Lacan e a definição de desconstrução de Jacques Derrida.⁵⁴

A teoria pensada por Karl Marx e Friedrich Engels, a partir do materialismo histórico, favorece a compreensão de que as relações que se formam entre os sexos são relações materiais, de interesses econômicos resultantes de ações políticas. Segundo essa teoria materialista da História, no processo de transformação da sociedade ocorrida sempre que o modo de produção, modo de subsistência dessa sociedade, conflita com as estruturas sociais vigentes, as relações políticas, de saberes, de parentesco reagem dialeticamente e se modificam.⁵⁵ A sociedade, assim, é fruto da ação recíproca do homem/mulher em contato com a sua realidade material e da aquisição das atividades das gerações anteriores, fundadas nas mesmas bases. “Essas relações materiais não são mais do que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual”.⁵⁶

O modelo de estrutura no estudo do parentesco, feito por Lévi-Strauss, aponta as diferentes lógicas na construção e na interdependência dos núcleos primários da sociedade – as famílias – responsáveis pela continuação dos grupos sociais. Essas diferentes lógicas ou estruturas de parentesco demonstram como os vários grupos humanos resolveram as suas necessidades de produção para reprodução da vida humana. E, dessa forma, sobreviveram aos obstáculos da natureza até conseguir controlá-la. Assim, as diferentes lógicas traduzem não só o grau de ignorância dessas sociedades sobre a tecnologia reprodutiva, mas, principalmente, evidenciam que essas estruturas não são

⁵¹ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989; *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁵² LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, SP: Vozes, 2008.

⁵³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁵⁴ Sobre as contribuições dos estudos de Lacan e Derrida, ver: RUBIN, Gaule. “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”. Recife: SOS Corpo, 1993 (“The traffic of Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”, New York, 1975); SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS Corpo, 1991; KALIMEROS. *A mulher: na psicanálise e na arte*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1995.

⁵⁵ “O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc., baseia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos aqueles reagem entre si e sobre a base econômica. Não é que a situação econômica seja, **sozinha, causa ativa** e que todo o resto seja apenas efeito passivo. Há, porém, interação à base da necessidade econômica, que, em última instância, sempre se impõe”. ENGELS, Friedrich. “Necessidade e acidente na história, carta a H. Starkenburg”. MARX-ENGELS (História). FERNANDES, Florestan (org.). São Paulo: Ática, 2001, 468-471, 469. Grifo do autor.

⁵⁶ MARX, Karl. “Carta a P. V. Annenkov, Bruxelas, 28 de dezembro de 1846”. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)*. São Paulo: Centauro, 2001, 175-186, 177.

metafísicas e, por isso, um estudo sobre as sociedades pode resultar na compreensão de que elas não são naturais e por isso não são essencialmente eternas.

O conceito de poder proposto por Michel Foucault considera a inexistência de opressores e oprimidos numa sociedade implantada sob a coerência das desigualdades. Esse conceito estabelece que uma teia de poderes se forma entre os sujeitos sociais, e que, na formação dessa hierarquia de poder, existe um acordo entre aqueles que detêm o domínio e aqueles outros que concordam com o lugar de domínio dos primeiros, também esses outros num lugar de poder: “**microfísica do poder** significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua”.⁵⁷ Foucault observa que o poder não está centralizado no Estado, ele se exerce em graus variados, formando uma rede de poderes, que pode, ou não, retornar ao Estado. É importante ressaltar que no traçado do micro-poder leva-se em consideração a situação concreta e o tipo singular de intervenção.⁵⁸

O poder assim entendido, como micro entrelaçamentos entre humanos e entre grupos humanos, formando uma teia de poderes e relações de poder, obriga a refletir sobre as origens das predisposições para as relações de desigualdades que se formam e se firmam nas estruturas das sociedades.

Outra tese apropriada por Joan Scott para construir o conceito de Gênero é a definição de desconstrução de Derrida, importante por desprender as oposições binárias, que estão na origem dos conceitos de positivo e de negativo e que perpetuam as identidades subjetivas, do lugar da realidade própria das coisas. Entender que os símbolos utilizados socialmente na inter-relação são imagens refratárias da realidade e que essa percepção da realidade também é uma construção humana, da ordem do discurso, possibilita compreender que essas imagens podem ser transformadas se outros princípios se estabelecerem nas relações humanas. O pensamento fantástico de que as palavras fazem vir ao mundo as coisas, é da ordem do mágico, da pura ideia. Na ótica do materialismo-dialético, o pensamento concorda que as palavras não fazem aparecer as coisas até que essas coisas sejam feitas palavras e estas palavras guardem sentido na esfera das realizações humanas. Assim, as palavras *per se* não estabelecem as diferenças

⁵⁷ MACHADO, Roberto. Introdução: “Por uma genealogia do poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, xii. Grifo da tese.

⁵⁸ Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos (sic). *Idem*.

entre os sexos-gêneros, tampouco os gêneros existem essencialmente e *a priori*, mas na linguagem se afirmam e se reproduzem.

A teoria da linguagem de Jacques Lacan tenta explicar a produção e a reprodução de identidade do sujeito: “a psicanálise fornece uma teoria importante para a reprodução de gênero, uma descrição da ‘transformação da sexualidade biológica dos indivíduos na medida da sua enculturação’”.⁵⁹ É a partir dos estudos de Lacan que se concebe o simbolismo do falo. O Falo é o lugar de poder de que se quer ter propriedade. Então, as mulheres desejam o falo, porque a propriedade do falo garante a sua “existência” e as inserem no lugar de poder.

A contribuição da abordagem de Gênero para a História é entendida como um modelo que “abrirá possibilidades para a reflexão, porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não só sexo, mas também, a classe e a [etnia-]raça”,⁶⁰ e na sequência do desenvolvimento do conceito, tem-se observado a influência do recorte geracional.⁶¹

Materializar e historicizar a subordinação das mulheres, a economia sexual, um ponto de intersecção

quando nasci / os anjos da anunciação
não me disseram nada

então saí por aí / a inventar destinos
de vez em quando / a consertar a cara⁶²

Gerar os filhos e as filhas dos homens é o “destino” das mulheres e disso resultou a sua subordinação social com o advento da civilização fundada na propriedade privada dos meios de subsistência e, depois, de produção desses meios de subsistência. Essa tese aceita, principalmente, entre as teóricas marxistas, explica, a partir de um referencial materialista-histórico, como o conhecimento sobre a concepção e reprodução humana foi utilizado para regular os lugares dos sexos nas sociedades. O poder decorrente da

⁵⁹ RUBIN, Gayle, “The traffic of Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”, New York, 1975. *Apud* SCOTT, Joan. SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS CORPO, 1991, 16.

⁶⁰ SCOTT, Joan. “Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica”. Recife: SOS CORPO, 1991, 21.

⁶¹ Ver: SARDEMBERG, Cecília M. B., “O Gênero da Memória: lembranças de operários e lembranças de operárias”. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia (orgs.). *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA/NEIM (Coleções Baianas), 1998, 147-164.

⁶² PEDROSA, Cida. “Poema da anunciação”. *Miudos*. Recife: Portal Vozes Femininas, 2011.

propriedade sobre a prole resultou na origem da invenção do falo como representação desse poder.

Em estudo etnográfico, intitulado *A Vida Sexual dos Selvagens*, Bronislaw Malinowski apresenta dados de grupos humanos que, ignorando a participação masculina na concepção, já adotaram o pátrio poder sobre a prole, constituído em alianças de casamento. Essas sociedades, quando adotaram formas econômicas fundadas na propriedade privada dos meios de subsistência e reprodução dos meios de subsistência, estabeleceram diferenças de poder entre os sexos, apropriando a força de trabalho e reservando-a ao masculino. Uma apropriação da prole racionalizada e explicada pela adoção de divindades de caráter masculino. Na cultura mística desses povos, os deuses enviavam filhos e filhas aos homens como troféus pelas suas vitórias através das suas esposas.⁶³ Do que se pode concluir que o assujeitamento das mulheres pode ser/é anterior ao conhecimento da participação do homem na reprodução da espécie. Importa mais saber que essa mística representante da submissão feminina, antes de tudo, integra a economia baseada na propriedade privada, reafirmando a teoria defendida por Friedrich Engels na obra *As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*,⁶⁴ materializando e historicizando a teoria do patriarcado.

A invenção do Falo, o falo como representação de poder, importa o estabelecimento das diferenças entre os sexos e a consequente subordinação do feminino ao masculino. Como já foi abordado, as teorias psicanalíticas colaboram para uma compreensão da reprodução das identidades dos sujeitos ao entender o Simbolismo do Falo, o Falo como o lugar de poder de que se quer ter propriedade,⁶⁵ mas não explicam suas origens. Os conflitos entre os sexos que se reproduzem no consciente coletivo são o resultado das máscaras das lutas pelo poder que se produzem no inconsciente coletivo.

Jacques Lacan explica a produção e a reprodução de identidade do sujeito a partir da linguagem e da representação do sujeito através do símbolo. Apenas a teoria marxista permite a formulação de um modelo de compreensão da realidade que perceba a complexidade da produção das relações materiais e a reprodução dessas relações, integrando as subjetividades de classe aos entendimentos do Gênero. Este conceito buscou na Teoria do Parentesco de Lévi-Strauss o modelo para pensar a importância das

⁶³ MALINOWSKI, Bronislaw. *A Vida Sexual dos Selvagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, *passim*.

⁶⁴ ENGELS, Friedrich. *As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, *passim*.

⁶⁵ KALIMEROS. *A mulher*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1995.

relações étnicas na reprodução das sociedades, bem como nas relações entre os sexos, as gêneses das diferenças que se mantêm entre eles e as razões para manutenção dessas desigualdades.

A diferença naturalizada no discurso, então, reafirma a construção de uma identidade que exclui outras identidades. Na Antiguidade, Aristóteles afirmou na sua *Poética* que as personagens femininas no teatro não poderiam ser ou ter atitudes viris, porque deveriam representar a realidade daquela sociedade, na qual as mulheres, porque não possuíam alma, eram *imperfeitas* e, por isso, necessariamente, inferiores e submissas aos homens.⁶⁶ Tal afirmativa do filósofo ajuda a compreender que o Ser é uma invenção social que deve solucionar os conflitos resultantes do lugar de propriedade estabelecido na constituição da desigualdade fundada na economia de subsistência, essa baseada na propriedade privada dos seus meios de produção. O abismo entre o Público e o Privado, a divisão sexual do trabalho e a opressão do sexo feminino (gerador da vida) servem para reprodução do produtor da mercadoria primária: os filhos (a força de trabalho) e as filhas (reprodutoras da força de trabalho e da vida).

H. Arendt, em *A Condição Humana*, adverte para a dicotomia dos lugares próprios a cada sexo: a produção e a reprodução da propriedade, lugar do público, do Ser; reprodução da força de trabalho, da vida, lugar do privado, do doméstico, do outro, do Não-ser.⁶⁷

Tais entendimentos resultam na crença d'um essencialismo como próprio do humano, na naturalização dos papéis sociais dos sexos, e na representação imagética e linguística dos lugares de poder ocupados por mulheres e homens na hierarquia social, primeira forma de diferenciação entre os sexos e de divisão de poder. A exemplo do significado de Ser-homem, Ter-poder, Ser-proprietário, muito bem representado no grito de He-man, herói de um desenho infantil televisivo, “*I have a power!*”.⁶⁸ A dicotomia presente nas contradições próprias do sistema revela o significado de Não-ser-homem e Ser-o-outro como característica inata do feminino, isto é Ser-mulher (!?).

⁶⁶ ARISTÓTELES, “Caracteres, Verossimilhança e Necessidade. Deus ex machina”. *Ética à Nicômaco; Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, *passim*.

⁶⁷ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, *passim*.

⁶⁸ Tradução livre: *Eu [Ele-homem] tenho a força!* He-Man é o personagem principal da série de brinquedos *Masters of the Universe*, lançados pela americana Indústria de Brinquedos Mattel, em 1983, animados pela produtora *Filmation Studios*, e desenhados em gibi pela *DC Comics*. O seriado foi popularizado no Brasil através da Rede Globo de Televisão, na sua programação infantil, pela Editora Abril, distribuidora dos gibis, e pela Mesbla, comerciante de brinquedos, entre os anos 1983 e 1985. E ainda hoje é transmitido em rede privada de televisão. He-Man pretende ser a representação do homem forte, masculino e sexualmente viril. Personagens femininas secundárias foram criadas paralelamente, sempre subordinadas ao herói, o exemplo de She-Ra.

As contradições próprias do sistema possibilitam o aparecimento de situações em que as mulheres se inserem no espaço “reservado” do masculino, quando a exceção é a norma. Em tais situações adversas, a sociedade pode aceitar uma revisão do papel social da mulher, desde que se afirme e reconheça o deslocamento provisório. Um exemplo, entre outros similares, que não destoa, portanto, dos ideais propostos pela sociedade para a mulher e colabora com o fortalecimento da cultura patriarcal. Nessa tradição, a mulher apenas se coloca como reprodutora da natureza humana e, quando necessário, dos bens de produção, sendo, então, inserida na economia formal, mas sempre de modo indireto e inconstante, apenas quando as estratégias para manutenção do sistema exigem o seu *exército de reserva*.⁶⁹ Exército formado de marginalizados do sistema, porém nunca dele excluído pela necessidade mesma de uma escória afirmadora dos “classificados”⁷⁰ sociais.

Modificar essa realidade histórica é o objetivo da Teoria Feminista, que adotou o conceito de Gênero, como modelo de desconstrução do essencialismo das relações sociais, bem como, da sua intrínseca luta pelo poder. Na certeza de que a observância dessas questões mobilize a sociedade no caminho das transformações necessárias para a justa convivência entre os humanos.

Aposta-se na necessária intervenção nas articulações sociais para solapar o modelo patriarcal, monolítico e binário, que favorece a marginalização de grupos em detrimento de outros que ascendem hegemônicos, somente possível quando se concretizam experiências de deslocamentos de olhares e a formação de uma linguagem efetivamente ausente de dicotomias. O pensamento mágico implícito na linguagem sugere que as palavras (signos) chamam as coisas e realizam a memória da realidade, ao se aproximar dela. Esta memória fundamental é o arcabouço da história que ainda será contada. Desde já, precisa endereçá-la às mulheres e aos homens até que se possa escrever sem precisar e/ou amalgamar objetos humanos. Assim, a revisão mais que historiográfica, obriga-se linguística, para a comunicação de outros e novos valores.

Referências

⁶⁹ Ver: BANDEIRA, Andréa. “O Sagrado”. In: *Gênero & História. Cadernos de História*. Ano 1. N 1. Recife: Universitária UFPE, 2002, 69-82; *As Beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica (1860-1883)*. Dissertação de História. Recife: UFPE, 2003.

⁷⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro*. 1983 *apud* HOONAERT, Eduardo. *Padre Ibiapina e a Igreja dos pobres*. São Paulo: Paulinas, 1984.

- AGOSTINHO. *Cidade de Deus contra os pagãos*. Petrópolis-RJ/São Paulo: Vozes/Federação Agostiniana Brasileira, 1990.
- ANDERSON, Perry. *O fim da História*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARISTÓTELES, “Caracteres, Verossimilhança e Necessidade. Deus ex machina”. Ética à Nicômaco; Poética/ Aristóteles. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- BANDEIRA, Andréa. "De bandeiras e bandeirolas: cultura e militância de resistência no Recife dos anos 1960". In: SOUSA, Antônio Lindvaldo (Org.). *O pulso de Clio...: religiosidade, cultura e identidade*. Porto Alegre: Redes, 2012, p. 163-188.
- BANDEIRA, Andréa. "Resistência da memória e memórias femininas do Golpe (1º de Abril, no Recife, 1964)". In: *Perseu: história, memória e política*. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. Edição Especial, Ano 8, março de 2014, p. 39-68.
- BANDEIRA, Andréa. "Sob o 'clíc' do passado: construção da imagem e fotografia da feminina para a história". In: *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 10, Ano X, n. 2, julho-dezembro de 2013, 21pp. [HTTP://www.revistafenix.pro.br/vol132-a07.php](http://www.revistafenix.pro.br/vol132-a07.php)
- BANDEIRA, Andréa. “O Sagrado”. In: *Gênero & História. Cadernos de História*. Ano 1. N 1. Recife: Universitária UFPE, 2002.
- BANDEIRA, Andréa. *As Beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica (1860-1883)*. Dissertação de História. Recife: UFPE, 2003.
- BANDEIRA, Andréa. *Resistência Cor-de-rosa-choque: militância feminina no Recife, nos anos 1960*. Tese de História. Salvador: UFBA, 2012. 203pp. <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/Resist%C3%Aancia-Cor-de-rosa-choque.pdf>
- BAUDRILLARD, Jean. *A troca impossível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- DAVIS, Natalie Zamon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das

Letras, 1997, 16.

DIAS, Maria Odila L.S. Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, 39-53.

ENGELS, Friedrich. *As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de C. (Org.). *Escrita de si, Escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

KALIMEROS. *A mulher: na psicanálise e na arte*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, SP: Vozes, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. *A Vida Sexual dos Selvagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. *O dezoito brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
MARX-ENGELS (História). FERNANDES, Florestan (Org.). São Paulo: Ática, 2001.

MEIRELES, Cecília. “Desenho”. *Mar absoluto*. Brasil, 1945.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

PEDROSA, Cida. “Poema da anunciação”. *Miudos*. Recife: Portal Vozes Femininas, 2011.

RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana

Maria; GROSSI, Miriam P. (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998, 21-41.

RAGO, Margareth. “Feminizar é preciso: por uma cultura filógina”.
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000300009&script=sci_arttext 14p.

REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, José Carlos. *História e teoria*. Rio de Janeiro: FGV.

RUBIN, Gaule. O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SARDEMBERG, Cecília M. B., “O Gênero da Memória: lembranças de operários e lembranças de operárias”. In: PASSOS, E.; ALVES, Í.; MACÊDO, M. (orgs.). *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA/NEIM (Coleções Baianas), 1998, 147-164.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: SOS Corpo, 1991.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro*. 1983.

WHITE, Hayden. *Metahistoria: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.